

CONTRATO **CEDAE**
Nº 150 / 2018 (DP) que entre si
celebram a **COMPANHIA ESTADUAL**
DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE - e
a o escritório de advocacia **FRAGATA &**
ANTUNES **ADVOGADOS**
ASSOCIADOS.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** -, Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 – Cidade Nova/RJ, registrada na JUCERJA sob nº 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/SRF sob o nº 33.352.394/0001-04, representada neste ato por seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e por seu Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, daqui em diante denominada **CEDAE**, e o escritório de advocacia **FRAGATA & ANTUNES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com sede na Av. Rio Branco, 37, 16º Andar, Centro, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 03.416.645/0001-06, neste ato representado pelo Sr. FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR, inscrito na OAB/RJ sob o nº 2437-A, daqui em diante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços com fundamento no processo administrativo nº **E-17/100.090/2016**, justo e contratado o presente, que se regerá pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287 de 04/12/79, assim como pelo Decreto 3.149 de 28/04/80, pela Legislação pertinente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a "**CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, PARA O PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Concorrência Nacional - CN nº 203/2017, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Único - Os escritórios contratados para a execução dos serviços receberão a proporção de 50% dos processos distribuídos em face da CEDAE, sem prejuízo, contudo, de que a distribuição obedeça critérios estabelecidos pela Comissão de Fiscalização a ser nomeada pela Companhia, considerando a análise de melhor conveniência para distribuição processos, de



acordo com a eficiência na execução dos serviços considerando a avaliação dos serviços e o desempenho nos processos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial, sendo que as obrigações dele decorrentes, ainda remanescentes, só se extinguirão efetivamente com o arquivamento e baixa definitiva de todos os processos patrocinados pelos Escritórios, exceto nos casos de extinção do contrato.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93, desde que a proposta do CONTRATADO seja mais vantajosa para a CEDAE.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

I - Realizar os pagamentos devidos ao escritório contratado, nas condições estabelecidas neste edital, ou ainda, reembolsar o contratado pelas despesas efetuadas com custas e emolumentos;

II - Fornecer ao contratado documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução dos serviços; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto da licitação nas formas definidas;

III - Fornecer, sempre que deles dispuser, os elementos solicitados pelo **Escritório**, referentes aos argumentos de defesa de seus direitos.

IV - Quando os serviços forem prestados fora do Estado do Rio de Janeiro, fornecer passagens, estadia e diária, de acordo com as normas da CEDAE, ou optar ressarcir essas despesas ao Escritório contratado, mediante a aprovação prévia dos gastos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

II - Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;



III - Possuir estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato, devendo a equipe técnica de advogados indicada na fase de qualificação técnica e a respectiva equipe de apoio do escritório prestarem os serviços no referido espaço físico;

IV - Prestar, sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ele imputáveis;

V - Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

VI - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

VII - Articular-se, no primeiro mês do contrato, quando for o caso, com o anterior prestador de serviços, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços;

VIII - Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a **CEDAE**, salvo com autorização expressa e por escrito da mesma;

IX - Solicitar à CEDAE, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;

X - Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do presente contrato;

XI - Designar, para a condução de cada processo, pelo menos um dos integrantes da equipe técnica indicada para a execução dos serviços;

XII - Somente atender às recomendações de natureza técnica ou geral emanadas da CEDAE;

XIII - Não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com a CEDAE;

XIV - Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CEDAE, sob seus cuidados profissionais;



XV - Apresentar, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de acompanhamento dos processos entregues ao seu patrocínio, contendo os dados considerados na **Resolução PGE nº 1.965/04**, anexando a este relatório cópia das principais peças acostadas aos autos pelas partes, quando for o caso;

XVI - Disponibilizar o relatório aludido no item anterior por meio de impressos, mídias, e-mail ou através de qualquer outro meio informatizado, conforme solicitado pela **CEDAE**;

XVII - Independentemente do relatório solicitado no item XV desta Cláusula, a **CEDAE** poderá solicitar a apresentação de relatório(s) circunstanciado(s) do(s) processo(s), em trâmite ou já encerrado(s), bem como nota(s) técnicas(s) com juízo de valor, relativamente às causas sob seu patrocínio, na forma que indicar e no prazo que fixar;

XVIII - Informar no recebimento da causa e sempre que solicitado, previsão do valor que montará uma eventual condenação total e estimativa de risco dentro do parâmetro: remoto, possível, provável;

XIX - Fornecer as informações processuais para que a CEDAE mantenha o seu sistema de dados atualizado;

XX - Responder, juntamente com os seus sócios e integrantes não-sócios, solidária e ilimitadamente, pelos danos causados à **CEDAE** por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;

XXI - Utilizar todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos da **CEDAE**, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a **CEDAE** autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos;

XXII - Cumprir fielmente o contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição;

XXIII - Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

XXIV - Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;

XXV - Assumir inteira responsabilidade cível e administrativa por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados e prepostos, durante a execução do contrato;



XXVI - Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela **CEDAE**, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio, sem prejuízo do disposto no item XV desta Cláusula (relatório);

XXVII - Arcar com todos os custos relacionados com o seu pessoal, necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados;

XXVIII - Solicitar à CEDAE, por intermédio do Gestor do Contrato, autorização expressa e prévia, por escrito, para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos bem como quaisquer decisões que possam dar termo ao processo;

XXIX - Propor, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da documentação pertinente, as ações judiciais solicitadas pela **CEDAE**, salvo manifestação expressa da **CEDAE** em sentido contrário, e exceto nos casos em que esteja na iminência de ocorrer prescrição, decadência ou perda de outro direito ou benefício, hipóteses em que tais ações deverão ser propostas imediatamente.

XXX - O CONTRATADO deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital e todos os seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

XXXI - O CONTRATADO deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE.

Parágrafo Primeiro - Será obrigação do CONTRATADO manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, ressaltando-se, ainda, que, com relação à equipe indicada na fase de habilitação-qualificação técnica na hipótese de desligamento de qualquer dos seus membros, este deverá ser substituído por outro profissional de igual ou superior qualificação técnica, com a respectiva aprovação da Contratante, nos termos do §10º do artigo 30 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.



Parágrafo Quarto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Quinto - O CONTRATADO adotar se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sexto - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE).

Parágrafo Sétimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados: Programa de Trabalho: 2200022016; Conta orçamentária: 411110304; Centro de Custos n. DP06000000; Elemento de Despesa n. 339039; Código Orçamentário n. 33903982; e Reserva Orçamentária n. 2018000939.

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 1.676.623,20 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

a) Valor unitário por processo: **R\$ 259,70 (duzentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).**

Parágrafo Primeiro - O preço dos honorários incluem:

- a) a interposição de todos os recursos em direito admitidos;
- b) todas as despesas necessárias ao regular patrocínio do aludido processo, incluindo-se aí as despesas de reprografia inerentes ao processo, as despesas de transporte dentro do Estado do Rio de Janeiro e os custos operacionais do **Escritório**, tais como, telefone, fax, internet, serviços de recorte de publicações, correio, malote, etc; e
- c) as despesas de envio de documentos aos locais indicados pela **CEDAE**.

Parágrafo Segundo - No valor ajustado no *caput* desta Cláusula, estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO**.

Parágrafo Terceiro - O escritório contratado terá direito ao percentual de 50% dos honorários de sucumbência.

Parágrafo Quarto - Os honorários sucumbenciais serão levantados integralmente pela CEDAE, que transferirá 50% da remuneração ao escritório contratado, no prazo máximo de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:



a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1) A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2) A empresa contratada deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

a.3) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6) Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7) Representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.



a.8) De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10) Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1) A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2) De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3) No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à CEDAE a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.



b.5) Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6) A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - O **CONTRATADO** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do **CONTRATADO**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou a subcontratação dos serviços.

Parágrafo Oitavo - O **CONTRATADO** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá o **CONTRATADO** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo terceiro ensejará a imediata expedição de notificação ao CONTRATADO, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação ao CONTRATADO para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pelo CONTRATADO no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VII deste edital.

a) No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo futuro contratado.

Parágrafo Primeiro - Pela prestação dos serviços a **CEDAE** pagará mensalmente aos **Escritórios** um valor total certo e ajustado por processo entregue ao seu patrocínio. Os montantes mensais devidos aos **Escritórios** equivalerão à multiplicação do valor unitário pelo número de processos patrocinados no mês.

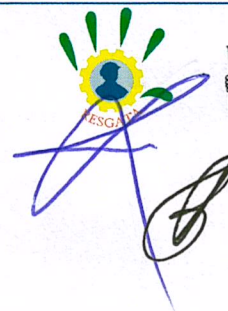
a) Os pagamentos devidos pela CEDAE ao CONTRATADO somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

b) As faturas deverão ser precedidas da apresentação dos relatórios correspondentes aos processos patrocinados, os quais farão jus ao recebimento de honorários, à Comissão de Fiscalização, que aprovará a emissão da Nota Fiscal.

c) Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso o CONTRATADO não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Oitavo, da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

Parágrafo Segundo - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pelo CONTRATADO do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Terceiro - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela



Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quarto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quinto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do CONTRATADO, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Sétimo - Serão ressarcidas as despesas de transporte, viagem e hospedagem, fora do Estado do Rio de Janeiro, que, caso necessárias, deverão ser previamente aprovadas pela **CEDAE**, em formulário próprio.

Parágrafo Oitavo - Qualquer despesa feita sem autorização prévia e expressa da **CEDAE** não será ressarcida.

Parágrafo Nono - O CONTRATADO deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, as despesas necessárias ao pagamento de taxas, custas judiciais e depósitos recursais relativos aos processos por ele patrocinados.

a) A solicitação deverá ser encaminhada a **CEDAE**, através de sua Assessoria Jurídica, que providenciará o recolhimento devido e a devolução do comprovante ao CONTRATADO em prazo hábil para a prática do ato processual.

b) Não havendo comunicação das despesas no prazo supra referido, o CONTRATADO se obrigará ao seu pagamento com recursos próprios, que serão reembolsados pela **CEDAE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do pedido de reembolso acompanhado da cópia das respectivas despesas realizadas.

F



CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba ao CONTRATADO direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais, em especial o subitem 27.3.1 do edital e o Parágrafo Oitavo da cláusula quarta da Minuta de Contrato; a insolvência civil; a cessão, a sub-rogação ou subcontratação; a litigância em nome próprio, em face da CEDAE, no polo ativo ou passivo de demanda judicial de qualquer natureza, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os Artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba ao CONTRATADO, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADO** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o **CONTRATADO** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará o **CONTRATADO** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

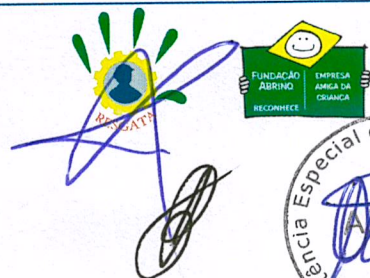
- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do Parágrafo Primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, será imposta pelo Sr. Presidente da CEDAE, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.



c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo



estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
 - b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.
- c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG

R



o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CEDAE e o CONTRATADO têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante Repactuação ou Revisão de Preços.

Parágrafo Primeiro - Os valores contratados poderão ser reajustados, periodicamente, pelo IGP-M a cada 12 meses de vigência contratual; ficando estabelecido como termo inicial (data base), para fins de cálculo do índice aplicável, a data de apresentação da proposta de preços pelo CONTRATADO, sendo possível a negociação entre as partes a seu respeito.

a) Caberá à Comissão de Fiscalização e à Auditoria Interna certificarem-se acerca do valor informado pelo CONTRATADO, opinando a respeito dos cálculos apresentados.

b) O valor de reajuste, mesmo que estimado, deverá ser sempre considerado pela Comissão de Fiscalização na justificativa de prorrogação encaminhada ao Administrador, possibilitando-lhe, com isso, conhecer e confirmar a economicidade e vantagem na manutenção do contrato.

c) O reajuste deverá ser pleiteado em tempo hábil para ser implementado juntamente com a prorrogação contratual. Uma vez prorrogado o contrato, não mais poderá ser revisto o seu preço senão pela superveniência de fatos imprevisíveis, de consequências insuportáveis, nos termos do art. 65, II, alínea "d", da lei 8.666/93.

d) Como índice de reajuste de preços será adotado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, tendo como data base o mês de referência da proposta de preços do CONTRATADO. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês de reajustamento

Io = IGPM correspondente ao mês de referência da proposta de preços do CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Independentemente de solicitação, a **CEDAE** poderá convocar o CONTRATADO para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

Parágrafo Terceiro - O prazo decadencial convencionado para o CONTRATADO solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na CEDAE, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações do CONTRATADO poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos ao CONTRATADO e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar do CONTRATADO multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas ao **CONTRATADO**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que o **CONTRATADO** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o **CONTRATADO** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Parágrafo Único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte do **CONTRATADO**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

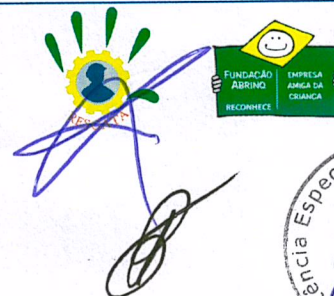
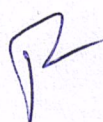
Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pelo **CONTRATADO**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A caução, no valor de **R\$ 83.831,16** (correspondente a 5% do valor do contrato), será efetuada pela contratada na forma de moeda corrente nacional, títulos da dívida pública, seguro garantia ou de carta de fiança bancária, e será depositada na tesouraria da CEDAE no prazo de até 72 horas após a assinatura deste contrato, sendo liberada ou restituída após sua satisfatória execução.

Parágrafo Primeiro - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:



- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à CEDAE decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato, e
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

Parágrafo Segundo - Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

Parágrafo Terceiro: Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da CONTRATADA que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A CEDAE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto: As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ n. 262/2014.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

O CONTRATADO indica como responsável pelos serviços ora contratados, FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR, OAB/RJ Nº 2437-A, que fica autorizado a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - O **CONTRATADO** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do

R

FRAGATA



Responsável poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços do CONTRATADO, o Acordo de Nível de Serviço - ANS, o edital da licitação por Concorrência Nacional - CN nº 203/2017 - ASL-DP (Processo E-17/100.090/2016) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

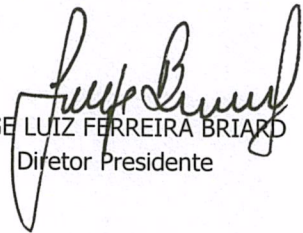
CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

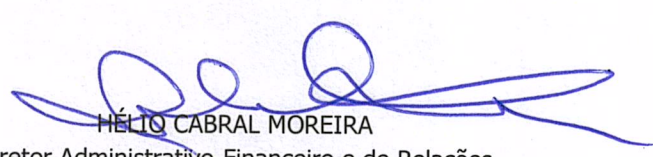
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:

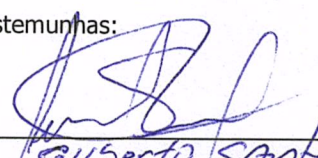

JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações
com Investidores

Pelo **CONTRATADO**:


FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR
Sócio Administrador

Testemunhas:


Gilberto Santos
RG 23039448-6

Ref. Contr-FRAGATA-escritorio-CN-203/2017

tada pela empresa VOTORANTIM SIDERURGIA S/A, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 62/65.

PROCESSO Nº E-07/002.10689/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa GUAPI PAPEIS INDUSTRIA DE PAPEL E PAPER LTA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 34/37.

PROCESSO Nº E-07/002.11190/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela ECO-MARINE SERVIÇOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 51/55.

PROCESSO Nº E-07/006.491/11 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE HOSPITAL DE IGUAÇU, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 81/86.

PROCESSO Nº E-07/002.1704/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa CONDOMÍNIO VILLAGE DO PONTAL, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 65/70.

PROCESSO Nº E-07/002.6507/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela LUIS FERNANDO MESQUITA ROCHA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 37/45.

PROCESSO Nº E-07/002.6507/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa MINERAÇÃO LITORÂNEA S.A., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 36/42.

PROCESSO Nº E-07/002.4806/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa MIX POSTO DE GASOLINA E SERVIÇOS LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 30/34.

PROCESSO Nº E-07/002.3790/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pelo sr. GUSTAVO BARRETO, RECUSO acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 43/52.

PROCESSO Nº E-07/002.7950/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa CHARQUE 2000 IAPURUNA - INDUSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CANES LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 40/46.

PROCESSO Nº E-07/002.4112/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 99/105.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 29.10.2018

PROCESSO Nº E-07/100.718/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA AILTON HENRIQUE DA COSTA, Nº 434 - RECREIO DOS BANDEIRANTES - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 160/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/101.114/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA CAROLINA MACHADO, Nº 1.918 - BENTO RIBEIRO - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 142/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/053.266/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA SARGENTO SILVA NUNES, Nº 27/31 e 45 - RAMOS - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 162/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/050.319/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA AYTTON SENNA, Nº 3.243 - BARRA DA TIJUCA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 163/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.6504/2014 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA DAS AMÉRICAS, Nº 10.495 - BARRA DA TIJUCA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 150/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/501.983/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA MARIA LOPES, Nº 382 - MADUREIRA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 164/18, referente ao processo em referência.

DE 30.10.2018

PROCESSO Nº E-07/503.363/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DOS BANDEIRANTES, Nº 12.800 - VARGEM PEQUENA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 161/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/162.339/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA DAS AMÉRICAS, Nº 15.550 - RECREIO DOS BANDEIRANTES - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 148/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/506.385/2012 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DO PAU FERRO, S/Nº - LOTE 03 DO PSL 5632 - FREGUESIA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 158/18, referente ao processo em referência.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 31/10/2018

PROCESSO Nº E-07/002.11193/2013 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitado pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Patrimônio - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.8764/2013 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitado pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Pedras Azuis - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/509.166/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitado pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Paraty-Mirim - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/513.438/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia e de Instalação solicitado pelo Areal Porto Graúna LTDA, para extração de areia e argila na Fazenda Graúna - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.6165/2014 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitado pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Bananal - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/200.900/1994 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Instalação solicitado por José Luiz Teixeira de Oliveira para construção de pier, residência unifamiliar, deck, muro de contenção, rampa e retificação de greide no Condomínio Ilha do Jorge - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.5172/2014 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitado pela Prefeitura Municipal de Paraty para construção de Contro de Tráfego no Bairro Bananal - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/506.941/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Corisco - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/506.579/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Ponta Branca - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/506.425/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Perequê - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

SUPERINTENDÊNCIA DE MACAÉ E DAS OSTRAS DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 31.10.2018

PROCESSO Nº E-07/200982/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, para realizar as atividades de coleta e tratamento de esgotos sanitários da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, na Zona Especial de Negócios - Mar do Norte. Município Rio das Ostras, com base nos autos do Proc. nº E-07/200982/2007.

PROCESSO Nº E-07/002.13839/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de NESSA MANHÃES BARRETO AZEREDO, para extração de água bruta em um poço profundo, na localidade de Boa Vista - Córrego do Ouro, Município Macaé, com base nos autos do Proc. nº E-07/002.13839/2017.

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR DE 31.10.2018

PROCESSO Nº E-07/20337/2008 - O Conselho Diretor, na sua 39ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 29/08/18, decidiu indeferir o recurso apresentado pela A. Cupello Transportes Ltda. Manutenção em sua integralidade o Auto de Infração de Multa Simples nº CO-FISEAU00133877; tendo em vista a redação do artigo 8º, inciso XII e artigo 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece como atribuição do CONDIR apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pelo Vice-Presidente.

ID: 2143180

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO APOSTILA DO DIRETOR-GERAL DE 30.10.2018

CONTRATO INEA Nº 49/2018 - celebrado em 25/10/2018, publicado no D.O. de 27/10/2018. - Autoria e inclusão da Dotação Orçamentária abaixo relacionada para o pagamento do citado contrato, além daquela já prevista no contrato original, firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente e Proceen Engenharia S.A. Proc. nº E-07/002.104521/2018.

Programa de Trabalho: 2432.18.542.0193.2954
Fontes de Recurso: 218
Natureza da Despesa: 4490

ID: 2143174

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 24/05/2018

DESIGNA PAULO AFONSO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento F, como Presidente, **DANIEL PEREIRA OLIVEIRA**, Agente de Saneamento F, **FABIO CORIOLANO SILVEIRA**, Engenheiro B, como membros titulares, e **ALMIR PEDRO DA SILVA LEAL**, Agente de Saneamento F, como membro suplente, Gerente do Contrato **WILTON LEMOS DOS PASSOS**, Técnico de Eletromecânica II e **WANDERSON HERMINIO FERRAZ RODRIGUES**, Agente de Saneamento F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "SERVIÇO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETS) E ELEVAÇÕES (EE'S) EM ATERRO SANITÁRIO", de que trata o Processo nº E-07/100.267/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.164/2018.

ID: 2142995

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 21/06/2018

DESIGNA HALLISON DANIEL DO CARMO MARQUES, Analista de Sistemas C, como Presidente, **OLGA MARIA FÁBIA DE NAZARETH**, Analista de Suporte Software D, **MARCOS ANDRÉ DOS SANTOS FERNANDES**, Analista de Sistemas C, como membros titulares e **ALEXANDRE ALBERTO AGUIAR**, Analista de Sistemas B, como membro suplente, Gerente do Contrato **CARLOS EDUARDO FERNANDES DE BARROS**, Agente Administrativo F e **JACOB LOPES**, Analista de Sistemas C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ESPECIALIZADOS PARA A PLATAFORMA MAINFRAME DE PROCESSAMENTO DE DADOS UNISYS CLEAR PATH", de que trata o Processo nº E-07/100.109/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.169/2018.

ID: 2142990

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 17/10/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento F, como Presidente, **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico de Laboratório II, **LEANDRO COUTO ROSA**, Técnico de Laboratório II, como membros titulares e **JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA**, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC)", de que trata o Processo nº E-07/100.785/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.288/2018.

ID: 2143104

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 29/10/2018

DESIGNA RAFAEL DE AMORIM LIMA, Advogado B, como Presidente, **DANIELA BEZERRA DE MENEZES ULIANA**, Advogada B, **LIVIA BITTENCOURT ALMEIDA MAGALHÃES**, Advogada E, como membros titulares e **ALCIANE SARA BORDIN**, Advogada B, como membro suplente, Gerente do Contrato **FABIO LUIZ FERREIRA DA PAZ**, Assessor Técnico, **ANA PAUL FERNANDES AREIAS**, Contadora A, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ESCRITÓRIOS, PARA PARACROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo E-17/100.090/2016, Ordem de Serviço "E" Nº 15.304/2018.

ID: 2143327

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675

Telefone:

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEAPPA Nº 23 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018

DESIGNA NOVOS INTEGRANTES E CONSOLIDA A NOVA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto Decreto nº 40.754, de 02.05.2007, designados através da Resolução SEAPPA nº 15, de 20.06.2007, alterada pela Resolução SEAPPA nº 53, de 02.10.2008, pela Resolução SEAPPE nº 19, de 30.12.2011, pela Resolução SEAPPE nº 31, de 17.07.2012, e pela Resolução SEAPPE nº 43, de 10.07.2013, e o que consta do Processo nº E-02/007/101454/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **GLENDIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 1934268-3, em substituição ao servidor **VERGÍNIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**, Médico Veterinário, ID Funcional nº 4251447-9; o servidor **JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CRUZ**, Médico Veterinário, ID Funcional nº 1932366-2, em substituição a servidora **MARCIA FARIAS ROLIM**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 589200-8; a servidora **VALQUIRIA AGNES CARDOSO CORTEZ**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 4251400-2, em substituição a servidora **DANIELA DE QUEIROZ BAPTISTA**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 4251437-1; o servidor **JOSÉ APARÍCIO DE AQUINO SALGADO**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 1934682-4, em substituição ao servidor **RENATO MACHADO FERREIRA**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 616775-6; o servidor **RODRIGO GARCIA ALVIM**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 4214580-5, em substituição a servidora **PATRICIA DINIZ DE PAULA**, Engenheira Agrônoma, ID Funcional nº 4251463-0 e o servidor **EVARISTO VIEIRA MEZAVILLA**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 4251457-8, em substituição ao servidor **LUIZ KAWAE**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 193424-6, para comporem o GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA, criado pelo Decreto nº 40.754, de 02 de maio de 2007.

Art. 2º - Os integrantes do GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA serão reestruturados na forma abaixo:

GRUPO 1: Defesa Sanitária Animal - Doenças Vesiculares, Hemorrágicas, Nervosas e outras de interesse agropecuário.
Composição: 07 (sete) Médicos Veterinários

NOME ID FUNCIONAL

Cláudio Villela Vieira 2.697.188-7
Glendia Ribeiro de Oliveira 1.934.268-3
José Augusto Vieira da Cruz 1.932.366-2
Liliani Santos Oliveira Vidal 569.196-6
Regina Maria Monteiro Lopes 1.934.203-9
Renata Falcão Rabello da Costa 4.219.644-2
Renata Vitória campos Costa 1.934.528-3

GRUPO 2: Defesa Sanitária Animal - Influenza Aviária, Doença de "Newcastle" e outras enfermidades avícolas.
Composição: 07 (sete) Médicos Veterinários

NOME ID FUNCIONAL

Elza Maria Suzuki 4.219.647-7
Jamaira Ferreira Veras Barros 4.219.645-0
Luiz Armando Calvão Brust 1.934.491-0
Marcus Vinicius Silva Oliveira 569.197-4
Valéria Christina Magalhães Teixeira 571.648-9
Valquíria Agnes Cardoso Cortes 4.251.400-2

GRUPO 3: Defesa Sanitária Vegetal - Pragas dos vegetais.
Composição: 05 (cinco) Engenheiros Agrônomos

NOME ID FUNCIONAL

Evaristo Vieira Mezavilla 4.251.457-6
Iso da Silva Lopes Junior 569.208-3
José Aparício de Aquino Salgado 1.934.682-4
Leonardo Vicente da Silva 1.332.115-5
Rodrigo Garcia Alvim 1.934.203-9

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em 24 de março de 2017, SEAPPA nº 15, de 20.06.2007 e nº 53, de 02.10.2008. Resoluções SEAPPE nº 19, de 30.12.2011; nº 31, de 17.07.2012 e nº 43, de 10.07.2013.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2018

ALEX GRILLO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária,
Pesca e Abastecimento

ID: 2143034

ATOS DO SECRETÁRIO DE 30.03.2017

ROBSON PACHECO LINDGI ID Funcional nº 4201520-0 CPF nº 456.371.727-49, brasileiro, nascido em 25.11.1956, do sexo masculino, carteira de identidade nº 5.053.853 expedida em 30.04.1976 pelo IFPRJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 106.43341.88.6, nomeado) para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR SIMBOL DAs-7, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 24 de março de 2017, tomou posse em 24 de março de 2017, com validade a partir de 24 de março de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/401/2017.

ROGERIO FRANÇA BAHIA ID Funcional nº 5089556-7 CPF nº 346.844.507-59, brasileiro, nascido em 19.04.1954, do sexo masculino, carteira de identidade nº 03.097.909-0 expedida em 25.05.2013 pelo DETRAN-RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 103.317.16.42.6, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE II símbolo DA-5, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 12 de junho de 2017, tomou posse em 12 de junho de 2017, com validade a partir de 12 de junho de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/828/2017.

KENNEDY DE ASSIS MARTINS JÚNIOR ID Funcional nº 5089171-9 CPF nº 093.632.297-77, brasileiro, nascido em 25.07.1983, do sexo masculino, carteira de identidade nº 13.388.382-7 expedida em 24.05.2006 pelo DETRAN/RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 130.41124.62-8, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE II símbolo DA-6, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 26 de junho de 2017, tomou posse em 26 de junho de 2017, com validade a partir de 26 de junho de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/899/2017.

MARCOS VINÍCIOS MARINS CRESCO ID Funcional nº 5020820-9 CPF nº 213.786.907-10, brasileiro, nascido em 08.05.1956, do sexo masculino, carteira de identidade nº 020.407.157-5 expedida em 11.05.2000 pelo DETRAN-RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 107.55657.27-1, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL símbolo DAS-8, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 2017, tomou posse em 01 de abril de 2017, com validade a partir de 01 de abril de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/468/2017.

MURILO PINHEIRO SIQUEIRA ID Funcional nº 5083325-1 CPF nº 079.612.107-92, brasileiro, nascido em 03.01.1980, do sexo masculino, carteira de identidade nº 10.759.258-6 expedida em 10.01.1994 pelo IFPRJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 190.09320.66-1, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR SIMBOL DAs-7, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 2017, tomou posse em 10 de abril de 2017, com validade a partir de 10 de abril de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/450/2017.

EDSON PEREIRA COUTINHO ID Funcional nº 5088560-0 CPF

LQW7917/RJ, 95VCB5J8CDM000558, 2012/2013, DAFRAKANSAS 150; LUDMILA GOMES, LK8424/RJ, 98D37217D016576, 2012/2013, FIAT/SENIA ES, 1.4 FLEX; ALTON MOREIRA AMORIM, BCO GENERAL MOTORS S/A, MARIA ALVES DE OLIVEIRA, KMK7801/RJ, 98GK208VBV5A15635, 1997/1997, GMAKADT KL; IVAN APARECIDO FELISBERTO, MAURICIO DOS SANTOS NOVAES, LPK8703/RJ, 92C2JC14309R000573, 2009/2009, HONDA/CVG125 CARGO KS; PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S A, JULIO CESAR DOS SANTOS, JULIO CESAR DOS SANTOS, KUO1918/RJ, 98GK10008007931, 2007/2008, YAMAHA/NEO AT115; VALDEMAR CARVALHO DE OLIVEIRA, KOC2841/RJ, 98D14600K3473043, 1998/1999, FIAT/UNO 1.5 R; BANCO FINASA BNC S A, MAURO DE FREITAS, DE ANDRADE, LPK6248/RJ, 92CK16109R20346, 2009/2009, HONDA/CVG150 TITAN MIX KS; MANOEL ALEXANDRE AFONSO LOBO, LCN4894/RJ, 92CK08305009593, 2004/2005, HONDA/CVG 150 JOB; SOLANGE B LUCIANO GOMES, BCO PANAMERICANO, KPK2911/RJ, 92CK1650R313780, 2013/2013, HONDA/CVG 150 TITAN ES; NELSON JOSE DE PAULA FIDELIX, DAVID ALVES RODRIGUES, BXA3975/RJ, 98V22230ZNT12145, 1992/1992, VW/GOL CL ELOR DIR DO LIVRAMENTO FREITAS FILHO, HAJ3492/MG, 92C1C30706R75805, 2006/2006, HONDA/CVG 125 FAN; W R FLO RES TURISMO LTDA ME, LQ0808/RJ, 98D103742374316, 2003/2004, FIAT/PALIO FIRE; JOSE RONIVON DE MATOS BORGES, K0Z0146/RJ, 92C2J2501SR586062, 1995/1995, HONDA/CVG 125 TITAN; JOAO RIBEIRO DA SILVA, LTJ291/RJ, 92CKD03306R019125, 2006/2006, HONDA/NXR150 BROS ES; PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL SA, VALDIR LUCIO SANTOS DA COSTA, LNR5279/RJ, 98GK02020045772, 2001/2002, YAMAHA/CRYPTON T10SE; PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S A, EDVALDO DOS REIS NASCIMENTO EDVALDO DOS REIS NASCIMENTO, LPC5046/RJ, 92CND41L18M108904, 2007/2008, JTA/SUZUKI ELI EN25 YES; SULEIDE VIANA SILVANO, L00396/RJ, 92CM3C5003R126394, 2003/2003, HONDA/CBX 250 TWISTER; LAINE ALVES MODESTO, KX2810/RJ, 98GK092070081046, 2006/2007, YAMAHA/YBR 125K; ALAN ROSE DA SILVA, LK4147/RJ, 98GK12209009162, 2008/2009, YAMAHA/FACTOR YBR125 K; FLAVIO DA SILVA MARTINS, KPD2118/RJ, 92CK08067070115, 2012/2007, HONDA/CVG 150 SPORT; PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S A, TARCISIO DA ROSA CASTILHO, TARCISIO DA ROSA CASTILHO, KVM442/RJ, 98GK091080067250, 2008/2008, YAMAHA/YBR 125E; DOUGLAS ALMADA CARVALHO, YAMAHA ADMINIST DE CONSORCIO S, LCK8200/RJ, 98GK038050020819, 2004/2005, YAMAHA/XTZ 125K; ROSILEIA DOS SANTOS, K0X021/MG, 98W2237T5T095889, 1995/1995, VW/GOL CL; ALEXANDRE JOSE SOARES, GUS2404/RJ, 98GK06201817178, 1999/1999, FIAT/PALIO EC; MARIA Leticia JUNGER SANTOS, BANCO PAN S A, LKJ7946/RJ, 98GK0310G0008238, 2016/2016, YAMAHA/FAZER250 BLUEFLX; RAFAEL LEAO HADDAD, HALL5916/MG, 98GK047103R078198, 2003/2003, HONDA/C100 BIZ ES; ANDRE NEEMIAS SILVA, CPT1139/SP, 98W22374X039287, 1999/1999, VW/PARATI CL 1.6 MI; BANCO ITAUCARD SA, FRANCILENE DOS SANTOS FERREIRA, FRANCILENE DOS SANTOS FERREIRA, LNI0600/RJ, 98GK06201817178, 2001/2001, GCM/COISA WIND; TANIA DE CARVALHO DUTRA, LUCIANO MACIEL, LK7790/RJ, 98D14600P3995828, 1993/1993, FIAT/UNO ELBIONIC; CELOSO ADRIANO DA CONCEICAO SILVA, KUJ8406/RJ, 92CKD03108R02971, 2007/2008, HONDA/NXR150 BROS ES; REINAN LEITE TARDOSO FRANCISCO, BANCO ITAUCARD SA, KPB1038/RJ, 95VCA1C288M005196, 2008/2008, DAFRA/SPEED 150; PAULO CESAR DE MATOS SOARES, KMU2096/RJ, 98W223027100824, 1993/1993, VW/GOL CL ZELIMAR F DIAS, BANCO FINASA BNC S A, LPI5515/RJ, 92CK261802R02769, 2009/2009, HONDA/CVG150 TITAN MIX ES; VIVIANE DE ARAUJO SEIXAS, BANCO ITAUCARD SA, KXL4728/RJ, 95VGF1D2AA002227, 2010/2010, DAFRA/TVS APACHE RTR 150; JAIRZINHO NASCIMENTO SILVA, BCO PANAMERICANO, LPIY6809/RJ, 92CK216608R529853, 2011/2011, HONDA/CVG 150 TITAN ES; BANCO FINASA SA, PAOLO VERNHECK, KVG1855/RJ, 98GK091070026118, 2006/2007, YAMAHA/YBR 125E; EIVALDO BARBERG MACIEL, LK7790/RJ, 92C2J3010YR008899, 1999/2000, HONDA/CVG 125 TITAN KS; BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL SA, SANDRA APARECIDA REIS CLEVELAND, ADC6565/RJ, 98G2TU48W05205717, 2005/2005, GMASTRA HB 4P ELEGANCE; CARLOS ILTON DE SOUZA, KQH9811/RJ, 98D146067T5775194, 1998/1998, FIAT/UNO MILLE IE; MARCUS VINICIUS DA SILVA CONCEICAO, JHONATAN MARTINS MENDES, KNO1770/RJ, 98GK030260R000970, 2008/2008, YAMAHA/XTZ 250X; JOSE MENDES SERRANO, BCO BNC S/A, LPO261802R02769, 2009/2009, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI25 YES; BANCO ITAUCARD SA, FLAVIA CRISTINE TENORIO DOS SANTOS, FLAVIA CRISTINE TENORIO SANTOS, LNO3641/RJ, 98FBDZFHA1832462, 2010/2010, HONDA/CVG 125 FAN KS; RHAFAEL OLIVEIRA FERNADES, HFA4212/MG, 98K2B02107R029210, 2007/2007, HONDA/POPOP100; FELIPE A ACERO DA SILVA LIZARDIO, KV17199/RJ, 98D4F14JAM294670, 2009/2010, JTA/SUZUKI ELI2

VALOR TOTAL: R\$ 1.676.623,20 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos)
DATA DE ASSINATURA: 31/10/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.090/2016 (CN nº 203/2017).

Id: 2143329

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: ADITIVO Nº 01 ao TERMO Nº 035/2015 DE CONFISSÃO DE DÍVIDA.
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a EMISSÃO S/A.
OBJETO: Alterar a sistemática de pagamento dos reajustes previstos no Termo nº 035/2015 de Confissão de Dívida.
PRAZO PARA PAGAMENTO: 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal.
VALOR: R\$ 4.925.416,60 (quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.664/2015.

Id: 2143423

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 375/2018 - ASL-IP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A GERÊNCIA MÉDIO PARAIBA - GMP.
DATA DA ETAPA DE LANCES: 22/11/2018 **HORÁRIO:** 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 288.487,92
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2143038

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 017/2018-ASL-1.1.
Objeto: COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DISTRIBUIDORA DE ÁGUA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS RESERVATÓRIOS CABUÇU BAIXO E ALTO.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 23/11/2018, fica adiada "sine die".

Id: 2143036

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 011/2018-ASL-1.1
Objeto: AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 26/11/2018, fica adiada "sine die".

Id: 2143035

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Terceiro Aditivo ao Termo de Cassão de Uso. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente e o Município de Valença. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de cessão de uso de bens móveis.
PRAZO: 06 (seis) meses a contar de 09/11/2018. **DATA DA ASSINATURA:** 31/10/2018. **PROCESSO Nº E-07/001/61/2017.**

Id: 2143175

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº SUPMANOT/011002211, Processo nº E-07/20391/02006, **CONVOCA:**

NOME: Grancarga Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 51.556.233/0010-61. **ENDEREÇO:** Rua R5/8, 10 Lote 10 - Quadra 21, bairro Novo Cavaleiros, Macaé - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 15 dias para tomar ciência do processo, à Rua Ponta Del Este, nº 187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração Nº CGOFEISA/00150559 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 118.914,30 em 26/07/2018, com enquadramento no artigo 63,64 e 85, da mesma Lei. Processo nº E-07/002.12548/2016

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Restaurante e Pousada Caminho da Praia Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 16.121.610/0001-09. **ENDEREÇO:** Rua Constança, s/nº - Angra dos Reis - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, 110 sala 413 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14 §4º, da Lei Estadual nº 3467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a impossibilidade de entrega da notificação SUPBGC-NOT/01100242, que versa sobre indeferimento da certidão ambiental de uso insignificante de recursos hídricos. Processo nº E-07/101.404/2008.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Auto Center Candicar Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 03.051.572/0001-98. **ENDEREÇO:** Avenida das Américas, 13820 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ.

Escarificamentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

Id: 2143179

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149121

NOME: ATR Construções e Serviços LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 03.218.009/0001-51. **ENDEREÇO:** Rio Muriá, Sapucaia - Campos dos Goytacazes, RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples. **VALOR:** R\$ 50.010,72. **PROCESSO Nº E-07/002.3948/2017.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEAI/00151037

NOME: EMPÓRIO SANTA ROSA LTDA. **CNPJ Nº:** 28.472.986/0001-11. **ENDEREÇO:** Rua Dr. Paulo César, 329 - Santa Rosa - Niterói - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** R\$ 2.094,19. **PROCESSO Nº E-07/002.103878/2018.**

Id: 2143173

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**AVISO**

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE comunica as empresas, abaixo relacionadas, que deverão entrar em contato com o INEA, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da presente publicação, por meio do e-mail - dilam_notificacao@inea.rj.gov.br, para agendar reunião a tratar das pendências técnicas e notificações não atendidas dos processos abaixo relacionados.

O não cumprimento dos termos deste comunicado implicará no indeferimento dos processos administrativos e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 3.467, de 14/09/2000, sem prejuízo das demais sanções legais.

PROCESSO Nº	RAZÃO SOCIAL
E-07/011272/2006	SUPERMERCADOS ALTO DA POSSE LTDA
E-07/202368/2004	SUPER-BAT DISTRIBUIDORA DE BATERIAS LTDA
E-07/508816/2012	CASA GUANABARA COMESTÍVEIS LTDA
E-07/100747/2001	ROBERTO SCUTO
E-7/002.16320/2014	ALEXANDRE CALICHIO MUNHOZ FERNANDES
E-7/002.15512/2014	CONDOMÍNIO UBA FLORESTA
E-07/101376/2008	POSTO TULIPA LTDA
E-07/002.4052/2015	HORTA AGROPERUÁRIA LTDA
E-07/002.6280/2013	J.A FAGUNDES ME
E-07/513317/2012	RAPIDÃO SILVA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
E-07/100262/2007	NUTRI SELES INDÚSTRIA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA
E-07/100089/2007	PRECON INDUSTRIAL S.A.
E-07/514585/2012	CHARQUE NOVO PANTANAL IND. E COM. LTDA
E-07/511061/2011	CONTRATIME SERVIÇOS LTDA
E-07/101686/2008	VIACÃO RUBANIL LTDA
E-7/002.17057/2014	JACAREPAGUA ÁGUAS COMÉRCIO VAREJISTA LTDA - ME
E-7/002.16030/2014	META CONSTRUÇÕES LTDA
E-07/120049/2008	IVO PAES LEVE
E-7/002.11220/2013	GRECA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
E-07/504258/2010	FAST COLLECT REMOÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
E-07/504083/2011	FAXX LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
E-07/502103/2009	VB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
E-7/002.10230/2013	POLAND QUÍMICA LTDA
E-07/506314/2012	MSM SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA EMPRESA TRANSPORTADORA LTDA
E-07/100060/2007	SANTA CRUZ MELTING
E-07/002.2192/2013	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.
E-07/002.2505/2015	LUPATECH - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA PETRÓLEO LTDA
E-07/002.2628/2015	F.C.FERNANDES TRANSPORTES E SERVIÇOS - ME
E-07/002.413/2015	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
E-07/102531/2008	ARCO-IRIS ABASTECIMENTO E SERVIÇOS LTDA
E-07/501651/2009	S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
E-07/500410/2009	ADOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
E-07/100178/2006	SETE ONDAS BIOMAR CULTIVO DE ALGAS MARINHAS LTDA
E-07/20294/2001	LOTEADORA LEÃO DOS LAGOS LTDA - EPP

Id: 2143178

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO**

FINANCIAMENTO ADICIONAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

PAÍS: BRASIL
Nº ACORDO DE EMPRÉSTIMO: 8200-BR

PROPOSTA ESPECIAL Nº 010/2018
ESCOPO DA PROPOSTA: Aquisição de Eletrodomésticos (Geladeiras, Ventiladores, Bebedouros, Microondas, Cafeteiras, Purificadores, Aparelhos de Ar Condicionado)
DURAÇÃO DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.
MOEDA DE AVALIAÇÃO: Real

Adjudicatário:
Nome: S.G. DE SOUZA TAVARES-ME
Endereço: Rua Amaro Luiz da Silva nº 209- Bairro: Cajueiro - Cidade: São João da Barra - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 28.200-00
Preço da Oferta na Abertura da Proposta: R\$ 295.394,74
Preço Avaliado (na Moeda de Avaliação): R\$ 295.394,74
Preço do Contrato (na Moeda de Avaliação): R\$ 295.394,74

Licitantes Avaliados
Nome: S.G. DE SOUZA TAVARES-ME
Endereço: Rua Amaro Luiz da Silva nº 209- Bairro: Cajueiro - Cidade: São João da Barra - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 28.200-00
Preço da Oferta na Abertura da Proposta: R\$ 295.394,74
Preço Avaliado (na Moeda de Avaliação): R\$ 295.394,74

Licitantes Rejeitados
Não Aplicável

Id: 2143130

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISOS**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA torna pública que será CANCELADA a Concorrência Pública Nacional - NCB Nº 0001/2017 - Obras de Manutenção/Recuperação de Estradas Vicinais, incluindo a Operacionalização de Máquinas para a Execução do Programa Estradas da Produção (Processo TCE-RJ Nº 105.202-5/17), em função da data de encerramento do Contrato de Financiamento BIRD 8200-BR, e pela impossibilidade de prorrogação do Contrato por parte do Banco Mundial, conforme acordado na Missão de Supervisão e Apoio à implementação do Projeto Rio Rural, realizada no período de 08 a 11 de outubro de 2018. Maiores informações na Divisão de Suprimentos através do e-mail compras.seappa@gmail.com e telefone (21) 3607-5024.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA torna pública que será CANCELADA a Concorrência Pública Nacional - NCB Nº 0001/2018 - Obras de Manutenção/Recuperação de Estradas Vicinais, incluindo a Locação de Máquinas para a Execução do Programa Estradas da Produção (Processo TCE-RJ Nº 101.009-5/18), em função da data de encerramento do Contrato de Financiamento BIRD 8200-BR, e pela impossibilidade de prorrogação do Contrato por parte do Banco Mundial, conforme acordado na Missão de Supervisão e Apoio à implementação do Projeto Rio Rural, realizada no período de 08 a 11 de outubro de 2018. Maiores informações na Divisão de Suprimentos através do e-mail compras.seappa@gmail.com e telefone (21) 3607-5024.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA torna pública que será CANCELADA a Concorrência Pública Nacional - NCB Nº 0002/2018 - Obras de Construção/Recuperação de Pontes em Microbacias nas Regiões Noroeste e Serrana (Processo TCE-RJ Nº 101.423-5/18), em função da data de encerramento do Contrato de Financiamento BIRD 8200-BR, e pela impossibilidade de prorrogação do Contrato por parte do Banco Mundial, conforme acordado na Missão de Supervisão e Apoio à implementação do Projeto Rio Rural, realizada no período de 08 a 11 de outubro de 2018. Maiores informações na Divisão de Suprimentos através do e-mail compras.seappa@gmail.com e telefone (21) 3607-5024.

Id: 2143155

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO**

SHOPPING Nº 0023/2018

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA assinou um contrato de empréstimo - BIRD 8200-BR (Fonte 111) junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para o financiamento adicional ao "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - RIO RURAL". Para tanto convidamos os interessados a apresentarem proposta de preços, com vistas à contratação de Empresa para o Aprimoramento (Customização), com a Finalidade de Evolução e Otimização da Estrutura do Sistema de Planejamento Comunitário Participativo - Sistema PCP Agro Geo - com Inclusão de Novas

Id: 2143199